

ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23229.000694.2018-43

OBJETO: é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços **para condução de veículos oficiais (Motorista), categoria "D", 44h semanais,,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**MM SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI**, empresa regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o n. **12.614.427/0001-69**, com endereço na **Q 405 NORTE AVENIDA LO 10 LOTE 38 PRIMEIRO ANDAR SALA 02, CEP 77002-000, Palmas/TO**. E-mail: **contatomm10@gmail.com** neste ato representada por sua bastante Procuradora Sra. Denis Silva de Moraes, portador do CPF 005.976.051-65, vem, perante Vossa Senhoria, apresentar **CONTRARRAZÕES** aos termos do **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto por **AGUA VIVA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, já qualificada, pelas razões de fato e de direito a seguir delineadas:

## **1. PROÊMIO:**

1.1. Com as vênias de estilo, Senhor Pregoeiro, o Recurso Administrativo interposto pela Recorrente AGUA VIVA falece completamente de qualquer amparo legal, pois se verifica claramente a falsidade e a improcedência total das alegações ali contidas, que foram irresponsavelmente alardeadas com a finalidade única de causar tumulto desnecessário ao processo licitatório, o que causa enorme estranheza, uma vez que a Recorrente transparece claramente da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, tão pouco de formação de preços e da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 2017.

## **2. DOS FATOS RECORRENTE:**

2.1. Segundo a Recorrente, "merece reforma a decisão que declarou a empresa MM SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI, como sendo a vencedora do certame", considerando a desobediência às disposições do Edital.

2.2. A Recorrente inicia a fundamentação de seu recurso alegando que a empresa cotou o percentual do RAT (Risco de Acidente de Trabalho) em 1%, quando o correto seria 3%, visto o risco de acidente de trabalho para a categoria é elevado, pois os colaboradores estarão vulneráveis a ações de terceiros (acidentes de trânsito) e viagens intermunicipais constantes, o que eleva e muito a possibilidade ocorrências. Tal medida é facilmente esclarecida com um técnico de segurança do trabalho devidamente registrado no Ministério do Trabalho e Emprego.

2.3. Afirma, ainda, a empresa no MÓDULO 4- CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE cotou apenas até a letra E, sendo flagrante a ausência da LETRA F – AUSENCIA POR DOENÇA, cujo percentual seria 0,83% sobre a remuneração, perfazendo o valor de R\$ 10,49 (dez reais e quarenta e nove centavos) e a letra G – INCIDENCIA DOS ENCARGOS DO SUBMÓDULO 2.2 – GPS,



FGTS E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES sobre o total do módulo 4 (soma dos valores das letras A, B, C, D, E e F multiplicado pelo Submódulo 2.2 – 34,8%).

2.4. Também defende que é importante frisar que os mesmos erros aqui apontados na planilha de MOTORISTA (ausência das letras F e G no módulo 4) foram repetidos nas planilhas de HORA EXTRA 50% COM ADICIONAL NOTURNO, HORA EXTRA 100% COM ADICIONAL NOTURNO, HORA EXTRA 50% E HOTA EXTRA 100%.

### 3. CONTRARRAZÕES:

3.1. Importante destacar, que os percentuais do SAT são obtidos da seguinte forma  $SAT (RAT \times FAP) = 1\%, 2\% \text{ ou } 3\% \times FAP$ . Fundamentação: art. 22, inciso II, alíneas 'b' e 'c', da Lei nº 8.212/91. A definição de risco leve, médio ou grave, ficou a critério do Anexo V do Decreto nº 3048/99 que determina o grau de risco do estabelecimento de acordo com sua atividade (pelo CNAE) preponderante (com maior número de empregados). CNAE 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo = 1%.

Conforme recomendação solicitar algum relatório do SEFIP/GFIP, como a Relação dos Trabalhadores Constantes no Arquivo SEFIP, para conferir se o percentual informado na planilha é igual ao que consta como RAT AJUSTADO para fins de aceitação da proposta, apresentado ela empresa e devidamente observado por essa comissão.

OBSERVAÇÃO: O SAT (ou RAT) tem fator de reajuste em razão do desempenho da empresa em relação à respectiva atividade econômica, apurado em conformidade com os resultados obtidos a partir dos índices de frequência, gravidade e custo dos afastamentos dos empregados segurados da Previdência, calculados segundo metodologia aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Social, esse fator é o FAP - Fator Acidentário de Prevenção. Na Planilha de Custos deve-se colocar o RAT Ajustado proveniente do resultado da Alíquota  $RAT \times FAP$ . Esse fator FAP é individualizado por empresa, divulgado em 30 de setembro e entra em vigor no ano seguinte para dar tempo da empresa contestar, se for o caso. Atenção nos casos de Postos de Serviço de Vigilância!

3.2. Sobre o que diz o submódulo 4.1, note, ínclito julgador, que as supracitadas despesas são exclusivas da empresa licitante, e que não são obrigatoriamente que todas as empresas terem os mesmo percentuais, pois tais obrigações são feitas através do Histórico da empresa com esses custos, e que em momento algum a lei obriga os licitantes a usar os percentuais nela introduzidas e que servem apenas de base histórica das prestações de serviços.

Conforme a IN 5 de 2017 e **revogado pela IN 7 de 2018**, sobre o submódulo 4.1 – Ausências Legais, quais item compõem este modulo:

**Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018).**

4.1	Substituto nas Ausências Legais
A	Substituto na cobertura de Férias

B	Substituto na cobertura de Ausências Legais
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)
<b>Total</b>	

Claramente mostra que nossa empresa cumpri totalmente com o que diz a lei, e que as tais LETRA F – AUSENCIA POR DOENÇA e LETRA G – INCIDENCIA DOS ENCARGOS DO SUBMÓDULO 2.2, não fazem parte de nossa planilha, pois não estão prevista em Lei.

3.3. Consequentemente que todas nossas planilhas estão adequadas a IN 5 de 2017 com as devidas alterações da IN 7 de 2018, com isso o que diz a recorrente sobre (ausência das letras F e G no módulo 4) foram repetidos nas planilhas de HORA EXTRA 50% COM ADICIONAL NOTURNO, HORA EXTRA 100% COM ADICIONAL NOTURNO, HORA EXTRA 50% E HOTA EXTRA 100%, explicado anteriormente serve para este questionamento.

3.4. Lembrando, ainda, que a licitação é um procedimento administrativo, ou seja, uma série de atos sucessivos e coordenados, voltada, de um lado, a atender ao interesse público e, de outro, a garantir a legalidade, de modo que os licitantes possam disputar entre si, a participação em contratações que as pessoas jurídicas de direito público entendam realizar com os particulares.

*Nessa esteira, temos nas palavras de Marçal Justem Filho:*  
"O princípio da proporcionalidade restringe o exercício das competências públicas, proibindo o excesso. A medida do limite é a salvaguarda dos interesses públicos e privados em jogo. Incube ao estado adotar a medida menos danosa possível, através da compatibilização entre os interesses sacrificados e aqueles que se pretende proteger. Os princípios da proporcionalidade e razoabilidade acarretam a impossibilidade de impor consequências de severidade incompatível com a irrelevância de defeitos." (sublinhamos)

3.5. A própria Constituição Federal limitou as exigências desnecessárias, as quais podemos situar a inclusão das retromencionadas despesas descritas pela Recorrente:

" Art. 37 f ... }



*XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações." (sublinhamos).*

3.6. Apenas para indicar julgados mais recentes, pode-se lembrar a Decisão no 681 / 2000-Plenário -TCU (Rei. Mi Walton Alencar Rodrigues), em que se determinou a órgão fiscalizado "que se abstenha de desclassificar propostas de licitantes com base em critérios formais irrelevantes para a sua aferição e não tragam prejuízo aos demais licitantes ou à Administração".

*Na Decisão nº 577/2001 (Rei. Min. Iram Saraiva), veio à tona questão indiretamente relacionada ao tema considerado. Um edital determinava que as planilhas de composição de custo tinham função meramente informativa. Um licitante impugnou essa fórmula, sustentando que as planilhas tinham de ser consideradas como elemento essencial para o julgamento. O órgão fiscalizado esclareceu que o critério de julgamento era o valor das propostas. As planilhas destinavam-se a eliminar dúvidas, em casos de controvérsia. Os órgãos técnicos do TCU respaldaram essa opção, destacando que eventual erro na planilha teria de ser assumido pelo licitante. Quando o erro elevasse o valor ofertado, o licitante teria uma proposta menos competitiva. Se o erro acarretasse a redução do valor, o licitante teria de arcar com as consequências. Esse entendimento foi acolhido pelo Plenário.*

3.7. Por fim, temos que no julgamento da documentação apresentada pela ora Recorrida, a Administração deve proceder a verificação do seu conteúdo nos aspectos pertinentes aos quesitos técnicos mínimos exigidos e imprescindíveis à execução de contrato futuro, o que foi feito com maestria no caso ora e debate, não havendo que se falar em reforma da decisão.

#### **4. DA CONCLUSÃO/PEDIDO:**

4.1. A Recorrente tenta, por todos os meios, absurdos, ludibriar e induzir a d. Comissão a uma análise parcial da documentação juntada pela Recorrida, tumultuando o procedimento licitatório, e deixando patente o *fumus malus juris*, por meio de subterfúgios, falseamento da verdade, utilização de argumentos falaciosos, *dolus malus*, abuso do direito de recorrer, tudo com o intuito de reverter a decisão exarada por essa respeitável Comissão e tirar proveito pessoal disso.

4.2. Vale destacar o que preceitua o art. 3º da Lei de Licitações,

*Lei 8.666/93, in verhis:*



*"Art. 30. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos".*

4.3. Nessa demonstração inequívoca de na descabida ânsia de reverter a decisão e vencer o certame, a Recorrente, propositadamente, esquece-se de mencionar documentos aos quais teve acesso, e, consequentemente, faz um pedido totalmente descabível. Esquece-se a Recorrente, entretanto, do Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o Privado, por meio do qual o interesse público está situado acima do interesse particular. Deve, por isso, a Administração selecionar a proposta que lhe seja mais vantajosa dentre todas apresentadas no certame, tendo sido exatamente o que d. Comissão fez. Mas isso parece despertar o inconformismo da Recorrente, preocupada apenas com o seu *animus lucrandi*.

4.4. Destaque-se que a escolha do administrador público deve sempre ser embasada pelos Princípios da Impessoalidade e do Julgamento Objetivo das Propostas. E ao que parece, talvez seja por isso que a Recorrente demonstra tanto inconformismo, tentando, a qualquer custo e *ab absurdo*, reverter a decisão do certame.

4.5. Portanto, são *in totum* descabidas as alegações da Recorrente na tentativa de inabilitar a Recorrida, valendo-se, para isso, da estratégia sub-reptícia de apontar os documentos que embasam a sua versão dos fatos e omitir aqueles que contrariam a mesma. E foi exatamente o que a Recorrente utilizou nas suas razões recursais.

Diante de todo o exposto, REQUER seja julgado totalmente improcedente o recurso ora guerreado, mantendo-se incólume a decisão recorrida.

Nestes Termos, Pede Deferimento.

Palmas, 06 de Março de 2019.

